

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série –

NEWSLETTER DIGESTO Nº 20/2012

Disponibilização: 26 de novembro

Período abrangido: De 12 a 23 de novembro de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **PROTEÇÃO CIVIL**
 - **SEGURANÇA PÚBLICA**
- 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **FLORESTAS**
 - **VITIVINICULTURA**
- 3. DEFESA/FORÇAS ARMADAS**
- 4. EMPREGO**
- 5. EMPRESAS**
 - **EMPRESA PÚBLICA**
- 6. FINANÇAS**
- 7. GOVERNO**
- 8. JUSTIÇA**
- 9. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **MADEIRA**
- 10. SAÚDE**
- 11. SEGURANÇA SOCIAL**
- 12. URBANISMO**

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTEÇÃO CIVIL**

Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro
(Ministério da Administração Interna)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, que define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental

Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro
(Ministério da Administração Interna)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

Portaria n.º 372/2012, de 16 de novembro
(Ministério da Administração Interna)

Fixa os requisitos técnicos mínimos das câmaras fixas e portáteis de videovigilância

Portaria n.º 373/2012, de 16 de novembro
(Ministério da Administração Interna)

Aprova o modelo de avisos e simbologia da utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum

Portaria n.º 374/2012, de 16 de novembro
(Ministério da Administração Interna)

Estabelece o regime de instalação dos sistemas de proteção florestal e deteção de incêndios florestais em terreno que seja propriedade privada e aprova o modelo de autorização do proprietário ou proprietários do terreno onde se pretenda proceder à referida instalação

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **FLORESTAS**

Portaria n.º 374/2012, de 16 de novembro
(Ministério da Administração Interna)

Estabelece o regime de instalação dos sistemas de proteção florestal e deteção de incêndios florestais em terreno que seja propriedade privada e aprova o modelo de autorização do proprietário ou proprietários do terreno onde se pretenda proceder à referida instalação

- **VITIVINICULTURA**

Portaria n.º 379/2012, de 21 de novembro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Define o regime para a produção e comércio dos vinhos e demais produtos vitivinícolas da indicação geográfica (IG) «Minho»

Portaria n.º 380/2012, de 22 de novembro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Estabelece as castas de uvas aptas à produção de vinho em Portugal e revoga a Portaria n.º 428/2000, de 17 de julho

3. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2012, de 13 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Desafeta imóveis do domínio público militar, tendo em vista a sua rentabilização, no sentido de gerar receita passível de colmatar as necessidades de curto prazo, que a descapitalização do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas tem vindo a evidenciar

4. EMPREGO

Despacho n.º 14572/2012, de 12 de novembro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Alteração do regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 6.3, «Apoio à mediação e integração das pessoas com deficiências e incapacidades», do eixo n.º 6, «Cidadania, inclusão e desenvolvimento social», do Programa Operacional Potencial Humano – POPH

Portaria n.º 370-A/2012, de 15 de novembro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Cria a medida «Passaporte para o empreendedorismo»

5. EMPRESAS

- **EMPRESA PÚBLICA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que aprovou a classificação das empresas públicas e das entidades públicas integradas no Serviço Nacional de Saúde para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores

6. FINANÇAS

Portaria n.º 382/2012, de 23 de novembro

(Ministério das Finanças)

Segunda alteração à Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária prevista no n.º 8 do artigo 115.º do Código do IRC, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro

Despacho n.º 15071-A/2012, de 22 de novembro

(Ministérios das Finanças, da Defesa Nacional e da Economia e do Emprego - Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças, da Defesa Nacional e da Economia e do Emprego)

Determina que as necessidades financeiras associadas ao cumprimento dos compromissos contratuais assumidos no âmbito da parceria estabelecida com a EMBRAER, S. A., e à capacitação das entidades participantes no programa KC-390, sejam asseguradas pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), até ao montante máximo de (euro) 30 000 000

7. GOVERNO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2012, de 15 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o prazo de indisponibilidade das ações objeto da venda direta de referência, no âmbito do processo de reprivatização do capital social da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96-A/2012, de 16 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Projeto de resolução do Conselho de Ministros que determina a admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar na fase subsequente do processo de venda por negociação particular no âmbito do processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A.

8. JUSTIÇA

Acórdão n.º 326/2012, de 16 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma da alínea b) do n.º 1 do artigo 411.º do Código de Processo Penal, na redação da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, interpretada no sentido de que «o prazo para a interposição de recurso, onde se impugne a decisão da matéria de facto cujas provas produzidas em sede de audiência tenham sido gravadas, conta-se sempre a partir da data do depósito da sentença na secretaria e não a partir da data da disponibilização ao arguido dos suportes materiais da prova gravada, ainda que estes tenham sido diligente e tempestivamente requeridos por este último - por as considerar essenciais para o cabal exercício do direito de defesa mediante recurso -, se diligentemente facultados pelo tribunal»

Acórdão n.º 328/2012, de 16 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma que resulta das disposições conjugadas do artigo 15.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, e do n.º 1 do artigo 678.º do Código de Processo Civil, interpretados no sentido de que, no recurso de decisões proferidas no incidente de exoneração do passivo restante em processo de insolvência, o valor da causa para efeitos de relação com a alçada do tribunal de que se recorre é determinado pelo ativo do devedor

Acórdão n.º 403/2012, de 16 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Confirma decisão de não admissão da candidatura do Partido da Terra - MPT à eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (círculo eleitoral do Corvo)

Acórdão n.º 442/2012, de 16 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação normativa extraída da conjugação entre os artigos 400.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, e 721.º, n.º 3, do Código de Processo Civil

Acórdão n.º 444/2012, de 16 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucionais as normas dos artigos 40.º, 43.º, n.º 2, e 398.º, todos do Código de Processo Penal, quando interpretados no sentido de que o juiz que concordou com a sanção proposta pelo Ministério Público em processo sumaríssimo, a qual não foi aceite pelo arguido, não está impedido de intervir no julgamento subsequente desse mesmo arguido

Acórdão n.º 445/2012, de 16 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma dos artigos 120.º, n.º 1, alínea b), e 121.º, n.º 1, alínea b), ambos do Código Penal, na interpretação segundo a qual a prescrição do procedimento criminal não se suspende nem interrompe com a notificação da acusação particular se esta não for acompanhada pelo Ministério Público

Decreto-Lei n.º 250/2012, de 23 de novembro

(Ministério da Justiça)

Introduz alterações no Código do Registo Comercial, no Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, e no Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio, alterando o regime do incumprimento da obrigação do registo da prestação de contas

Parecer n.º 16/2012, de 23 de novembro

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Magistrados judiciais e do Ministério Público - contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão remuneratória

9. REGIÕES AUTÓNOMAS

• MADEIRA

Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/M, de 15 de novembro

(Região Autónoma da Madeira)

Estabelece as normas relativas ao modo de venda do direito de propriedade da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, relativo a bens imóveis a quem for o titular inscrito, na matriz e registo predial, do respetivo direito de superfície para fins de construção e ou manutenção de edifício destinado a habitação

Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/M, de 16 de novembro

(Região Autónoma da Madeira)

Estabelece as normas que visam a determinação, fixação e atualização das rendas das habitações sociais existentes no território da Região Autónoma da Madeira

Decreto Legislativo Regional n.º 33/2012/M, de 16 de novembro

(Região Autónoma da Madeira)

Estabelece o regime de atribuição de um apoio financeiro, não reembolsável, aos trabalhadores em situação de desemprego, visando exclusivamente a comparticipação no pagamento dos encargos financeiros decorrentes da aquisição, construção e beneficiação de habitação própria permanente e do arrendamento para fins habitacionais

Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/M, de 19 de novembro

(Região Autónoma da Madeira)

Cria a Rede Regional de Cuidados Paliativos da Região Autónoma da Madeira e estabelece as normas enquadradoras gerais do seu regime jurídico, no que se refere à sua organização e ao seu funcionamento, em obediência aos princípios e normas estabelecidos pela Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, aprovada pela Lei n.º 52/2012 de 5 de setembro

Decreto Legislativo Regional n.º 36/2012/M, de 19 de novembro

(Região Autónoma da Madeira)

Regulamenta a dependência orgânica e funcional da Junta Médica da ADSE na Administração Regional Autónoma da Madeira e procede à adaptação da sua composição, competência e funcionamento, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º

41/90, de 29 de novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 36/91, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei 377/2007, de 9 de novembro

10. SAÚDE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2012, de 15 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., a realizar a despesa resultante do contrato de prestação de cuidados de saúde, em regime de complementaridade com os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, a celebrar com a Cruz Vermelha Portuguesa, pelo período de um ano

Portaria n.º 376/2012, de 19 de novembro

(Ministério da Saúde)

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Neurologia

Portaria n.º 381/2012, de 22 de novembro

(Ministério da Saúde)

Primeira alteração ao Regulamento do Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade, aprovado pela Portaria n.º 1454/2009, de 29 de dezembro

Deliberação n.º 1669/2012, de 19 de novembro

(Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.)

Tabela os preços a praticar relativamente a blocos de receitas e vinhetas de médicos e locais de prescrição

11. SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 375/2012, de 19 de novembro

(Ministérios da Justiça e da Solidariedade e da Segurança Social)

Renova a autorização concedida para exercer atividade mediadora em adoção internacional à Bem Me Queres - Associação de Apoio à Adoção de Crianças

Decreto-Lei n.º 247/2012, de 19 de novembro

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Define o processo de extinção da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro

Declaração de Retificação n.º 69/2012, de 23 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de setembro, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que procede à definição do regime de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social, autoriza o pagamento diferido de montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes de incumprimento e prevê uma dispensa excepcional do pagamento de contribuições, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 186, de 25 de setembro de 2012

Declaração de Retificação n.º 70/2012, de 23 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto Regulamentar n.º 50/2012, de 25 de setembro, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que procede à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2012, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 186, de 25 de setembro de 2012

12. URBANISMO

Despacho n.º 14574/2012, de 12 de novembro

(Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinetes do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Cria a Comissão Redatora do projeto de diploma legal que estabelecerá as «Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos»